

Sem previsão de regularização para os imóveis

IPTU é cobrado inclusive de quem não tem escritura e, diante do impasse, Ministério Público foi acionado

■ Cássia Oliveira
redacao7@jornalibia.com.br

A cobrança de IPTU sobre áreas não regularizadas segue gerando polêmica em Montenegro. Representantes do Poder Executivo e vereadores da cidade estiveram reunidos para esclarecer o envio de carnê aos moradores da rua Imigrantes, Vila Esperança, no bairro Senai, entre outros. A Prefeitura entende que o código tributário do município autoriza a cobrança da ocupação, enquanto os vereadores defendem que a cobrança pressupõe regularização. Sem chegar a um consenso na reunião solicitada pelos vereadores Márcio Müller (PTB) e Marcos Gehlen (PT) – realizada na tarde de ontem –, a decisão quanto à manutenção ou não da co-

brança ficou dependendo da ação no Ministério Público, aberta por Müller.

O diretor do departamento de Geoprocessamento da Prefeitura, Rafael de Almeida, destacou que esse processo teve início ainda na gestão anterior, com a contratação de uma empresa para fazer o recadastramento dos imóveis. A atual gestão deu prosseguimento. Ele também explicou a razão de nem todos receberem o carnê. “O critério foi o cadastramento. É um trabalho lento. Envolve se a pessoa está em casa ou não, se pode entrar para fazer as medições. Além disso, há a questão dos Correios. Pode ter extraviado ou não ser entregue por se tratar de um endereço novo”, disse Almeida.

Quanto à necessidade de regularizar não há dúvida. A

divergência se dá na cobrança. Segundo Márcio Müller, no entendimento dos vereadores, a cobrança do IPTU só deveria ocorrer após o morador receber o termo de uso. Um documento recebido após ele solicitar a regularização. “O município tem de fazer e depois cobrar. No momento em que der a posse inicia a cobrança”, enfatizou o vereador. Marcos Gehlen, o “Tuco”, questionou, ainda, o que ocorrerá caso o morador entre com o processo, porém não pague o imposto. “É preciso ficar claro se, o lote tendo o débito, a Prefeitura irá ajuizar. Vai notificar? O morador será despejado? Porque é isso que faz as pessoas não irem até a Prefeitura buscar uma legalização”, questionou Gehlen.

O secretário municipal de Gestão e Planejamento, João Carlos Machado, afirmou que a Prefeitura já realizou o cadastramento em cerca de 200 localidades já estão com o processo em finalização, dependendo do tabelionato. A etapa seguinte é atuar em novos lotes. “É interesse da Prefeitura regularizar a situação, avaliando, é claro, cada caso. Foi feita uma força tarefa que visa atender a



VEREADORES, representantes da Prefeitura e morador estiveram presentes

solicitação de cada morador. É importante que eles entrem em contato e solicitem a regularização”, enfatizou Pedro Jalvi.

Francisco Viana, morador do Santa Rita, deixou a reunião desmotivado. “Do jeito que falam, parece que nunca vai ter a regularização”, reclama ele. Ele comprou seu terreno há 10 anos e nunca recebeu a escritura. Quer pagar o IPTU, mas, com o seu nome no carnê. “Nunca me chamaram pra regularizar. Eu fui lá para tentar e disseram que tem de esperar”, disse Viana. O vereador Márcio Müller questionou se há uma previ-

ção para regularizar os cerca de 22 mil pontos que necessitam de análise. Mas não houve como estimar. “Não tem previsão. Não será nesse governo, nem no outro que todas as regularizações serão concluídas. É um processo longo”, disse Rafael de Almeida.

O vereador Dorivaldo da Silva, o “Dorinho”, é morador do Bairro Esperança há 31 anos e defende a regularização. “Eu tive termo de uso por oito anos. Pagava todo o ano o imposto junto da prorrogação do termo. Depois a Prefeitura parou de cobrar. E ficou nesse impasse. Nunca foi legalizado”, diz Dorinho.



FRANCISCO Viana

A região não foi invadida e os moradores têm a expectativa de, pagando o imposto, receber mais direitos. “Queremos melhorias no nosso bairro e, pagando o imposto, poderemos cobrar”, finaliza Dorivaldo.

Preço do porco estabiliza

O valor do porco vivo pago aos produtores independentes gaúchos não teve alteração da última semana até agora. Segundo a Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (Acurs), a pesquisa semanal realizada ontem indicou que o produto está cotado em R\$ 3,02 ao quilo — mesmo preço praticado na semana passada.

O levantamento constatou, ainda, que o valor médio do porco produzido em sistema integrado é de R\$ 2,88. Agroindústrias e cooperativas apresentaram as seguintes cotações: Cotrel,

R\$ 2,90; Cosuel/Dália Alimentos, R\$ 2,84; Cotrijui, R\$ 3,10; Cooperativa Languiru, R\$ 2,85; Cooperativa Majestade, R\$ 2,80; Ouro do Sul, R\$ 3,10; Alibem, R\$ 2,80; BRF, R\$ 2,80; JBS, R\$ 2,80; e Pamplona, R\$ 2,80.

Com relação aos insumos, a pesquisa apontou que o valor da saca de 60 quilos do milho ficou em R\$ 25,25. Já a tonelada do farelo de soja é comercializada a R\$ 1.045,00 para pagamento à vista (anterior R\$ 1.055,00) e a R\$ 1.055,00 para 30 dias de prazo (anterior R\$ 1.060,00).

Sabores coloniais no Café da Oase Campo do Meio é hoje

O grupo de mulheres da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (Oase) de Campo do Meio, no interior de Montenegro, promove hoje o seu tradicional Café Colonial.

Ontem, mais de 30 mulheres, membros da entidade, já estavam a todo vapor,

